

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.268.524 - SP (2018/0068381-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : QUINTINO FACCI - ESPÓLIO
AGRAVANTE : QUINTINO JOSÉ FACCI - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DOS SANTOS - SP143308
AGRAVADO : MÔNICA IGNACCHITTI FACCI
ADVOGADOS : FLÁVIA HELLMEISTER CLITO FORNACIARI DÓREA -
SP196786
BÁRBARA NASCIMENTO MARTINS - SP272402

DECISÃO

Cuida-se de agravo (artigo 1.042, CPC/15), interposto por **QUINTINO FACCI E OUTRO**, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre (art. 105, III, alíneas "a", CF) desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 793/794, e-STJ):

Ação de cobrança de honorários advocatícios cumulada com arbitramento pelo período pelo qual a remuneração não foi contratada pelas partes. Sentença de procedência. Apelação dos réus e da autora.

Legitimidade do espólio corréu, de Quintino Facci, para responder pelo pagamento da metade do valor da honorária contratada, em valor fixo, para remunerar os serviços prestados pela advogada autora até 02 de maio de 2000, pois firmado o contrato e a procuração outorgada à autora, por Quintino Facci, em nome próprio, e não apenas como inventariante de sua finada esposa.

Desnecessidade, neste caso, de produção da perícia judicial, pois os documentos juntados aos autos são suficientes ao desate da lide. Ausência de nulidade da sentença.

Contrato de honorários no qual as partes ajustaram que a autora faria jus ao recebimento de: (a) R\$ 100.000,00, a título dos trabalhos prestados em favor dos contratantes, nos autos da ação de desapropriação que lhes era movida pelo Município de Ribeirão Preto, até 02 de maio de 2000; e (b) 10% de todos os valores que os réus recebessem da municipalidade, a título dos serviços prestados a partir de 02 de maio de 2000.

Previsão, ademais, de que o total dos honorários seria exigível imediatamente no caso de não prosseguimento da ação ou se cassado o mandato.

Ausência de nulidade no contrato.

Revogação do mandato, pelos autores, em 20 de maio de 2002.

Outorga, porém, de nova procuração à autora, quatro dias após a revogação, para que prosseguisse ela patrocinando Quintino Facci e o espólio de sua finada esposa, nos autos da ação desapropriatória que lhes era movida.

Definitiva revogação do mandato da autora em 03 de novembro de 2002, pela constituição de novo advogado para patrocínio dos réus naqueles autos.

Ausência de prova da quitação do valor fixo da remuneração ajustada.

Autora que faz jus ao recebimento dos valores a título da parcela fixa ajustada a título de honorários dos serviços prestados até 02 de maio de 2000

e, também, ao arbitramento de remuneração pelos serviços prestados entre 02 de maio de 2000 e 03 de novembro de 2002, data da revogação do mandato.

Arbitramento, na sentença, de honorários no valor de R\$ 60.000,00. Valor razoável e condizente com a relevância e zelo dos serviços prestados pela autora em favor dos seus clientes.

Correção monetária e juros moratórios que no tocante à parcela fixa da honorária deve fluir desde a data do contrato, 10 de dezembro de 2000. Honorários arbitrados judicialmente que, neste caso, deverão ser corrigidos monetariamente desde 10 de dezembro de 2000, data do contrato usada pelo juízo como parâmetro ao arbitramento da honorária, mas acrescidos de juros moratórios desde a citação, ante a ausência de impugnação, pela autora, desse aspecto da sentença, que determinou a fluência desses juros a partir de então.

Apelação dos réus desprovida e provida a da autora.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 827/832, e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 835/851, e-STJ), a parte agravante aponta ofensa aos artigos 394, 397 e 884 do CC, afirmando que a correção monetária incidente sobre os honorários contratuais deve incidir a partir da revogação do mandato, já que o contrato não previa prazo para pagamento, e os juros moratórios devem incidir desde a citação. Alega, ainda, que com relação aos honorários arbitrados judicialmente, a correção monetária e os juros de mora devem incidir a partir do arbitramento, momento em que se tornaram conhecidos e devidos.

Aduz, ainda, que os artigos 75, V e VII, 485, VI, 494, 618, I, 796 e 1.022, III do CPC/15 e 168, 607, 1.791, 1.845, 1.991 e 1.997 do CC foram violados, na medida em que o espólio de Quintino Facci não detém legitimidade passiva para responder pelos honorários, já que ele era apenas inventariante do espólio de Wilda Therezinha Facci, quem poderia ter contratado os serviços do advogado.

Contrarrazões às fls. 857/866, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 868/869, e-STJ), dando ensejo no presente agravo (fls. 873/885, e-STJ), por meio do qual a parte agravante pretende a reforma da decisão impugnada e o processamento do apelo.

Contraminuta às fls. 888/898, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, a parte agravante pugna pelo reconhecimento da ilegitimidade passiva do espólio de Quintino Facci, sob o fundamento de que ele era apenas o inventariante do espólio de Wilda Therezinha Facci, quem, de fato, poderia ter contratado os serviços do advogado.

Quanto ao ponto, extrai-se do acórdão recorrido (fl. 798, e-STJ)

Facci, em vida, firmou com a autora, em nome próprio, e também como representante do espólio de sua finada esposa, Wilda Therezinha Facci, o contrato de honorários pelo qual as partes ajustaram que pelos serviços

prestados pela autora, até 02 de maio de 2000, nos autos da ação de desapropriação que lhes era movida pelo Município de Ribeirão Preto, faria ela, autora, jus a R\$ 100.000,00 e pelo trabalho realizado a partir de então, receberia o equivalente a 10% de todos os valores que ainda estavam "sub judice", a ser recebidos até o pagamento integral da indenização pela municipalidade (f. 21/24).

Está, pois, provado que o autor firmou o contrato não apenas como inventariante do espólio da sua finada esposa, mas também em seu próprio nome.

Ademais, a procuração por ele passada em 24 de maio de 2002, em favor da autora, consta expressamente duas assinaturas de Quintino Facci, em duas linhas distintas, uma em nome dele próprio e outra como representante do espólio de sua finada esposa, o que, aliás, afasta qualquer alegação de que teria ele sido ludibriado pela autora (f. 29).

Legítimo, pois, o espólio de Quintino Facci para responder pelo pagamento de R\$ 50.000,00, equivalente à metade do valor ajustado pelos serviços prestados pela autora nos autos da ação de desapropriação em que o autor da herança era réu com sua finada esposa, R\$ 100.000,00, e pelos valores que a autora tem direito em razão dos serviços prestados depois de 02 de maio de 2000, nos termos do contrato firmado, que é válido e eficaz.

Como se verifica, o Tribunal de origem, após ampla análise dos fatos e provas produzidos nos autos, concluiu que Quintinho Facci firmou o contrato não apenas como inventariante do espólio da sua finada esposa, mas também em seu próprio nome, considerando-o parte legítima para responder pelo pagamento.

Para alterar tais conclusões seria necessário o reexame do contexto fático e probatório dos autos, providência não admitida em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do STJ.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA - LEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO ANTE O ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. O Tribunal de origem com amparo nos elementos de convicção dos autos entendeu pela legitimidade passiva ad causam da parte, ao argumento de que postulou diretamente junto à instituição educacional a matrícula dos filhos e assinou todas as folhas dos contratos de prestação de serviços educacionais. No âmbito do julgamento de recurso especial, revelam-se inviáveis a interpretação de cláusula contratual e a incursão no contexto fático-probatório dos autos. Aplicação das Súmulas 5 e 7 do STJ. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 918.664/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS.

SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] 2. A Corte Estadual registra a legitimidade passiva da recorrente a presente ação cautelar de indisponibilidade de bens. A reforma do aresto, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 815.997/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MORAIS. TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA AGRAVANTE E DECADÊNCIA DO DIREITO DO AUTOR. REVISÃO OBSTADA COM BASE NA SÚMULA STJ/7. TESES SUSTENTADAS NO RECURSO ESPECIAL E NÃO PREQUESTIONADAS NO TRIBUNAL ESTADUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA STJ/211. 1.- A convicção a que chegou o Acórdão recorrido, tendo entendido pela legitimidade passiva da Agravante e a não configuração da decadência do direito do Agravado, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do Especial à luz da Súmula 7 desta Corte. [...] 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1380175/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 26/08/2013) [grifou-se]

Incide, no ponto, o teor da Súmula 7 do STJ.

2. Outrossim, com relação à atualização dos honorários contratuais, verifica-se que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a alegação de que o termo inicial da correção monetária deveria ter sido fixado na data da revogação do mandato, já que o contrato não previa prazo para pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa. Ademais, também não se manifestou sobre a afirmação de que os juros moratórios deveriam incidir desde a citação, determinando, apenas, sua incidência a partir da cassação do mandato.

Por sua vez, com relação à atualização dos honorários arbitrados judicialmente, a questão também não restou prequestionada, já que sequer mencionou o termo inicial da correção monetária, e com relação aos juros de mora, apenas consignou que "não se insurgiu do aspecto da sentença que determinou sua fluência, sobre tal parcela arbitrada dos honorários, desde a citação. Deve, assim, ser mantido tal termo inicial à fluência desses juros, desde a data da citação, sobre a parcela arbitrada da verba honorária" (fl. 804, STJ).

Na hipótese, portanto, incide o teor das Súmulas 211 do STJ, a saber: "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*"

Destaca-se o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA

7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Cabe registrar, que esta Corte admite o prequestionamento implícito/ficto dos dispositivos tidos por violados, desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.

Precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ATO ILÍCITO. COMPROVAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. NÃO OCORRÊNCIA. [...] 2. É inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal a quo não emitiu juízo de valor sobre a tese defendida pela parte. Incidência das Súmulas n. 211 do STJ e 282 do STF. 3. **Há prequestionamento implícito dos dispositivos legais quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida.** 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 332.087/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 25/08/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL. ART. 20 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...] 2. **Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos artigos tidos por violados, mas desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem.** 3. Ausência de alegação de violação do art. 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência

de possível omissão no julgado quanto ao tema. [...] 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 748.582/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 13/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 211 do STJ.

3. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator